



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

1º DE DEZEMBRO DE 1977.

DISCURSO NO PALACIO DA ALVORADA,
AOS DIRIGENTES NACIONAIS DA ARENA.

Exmo. Sr. Presidente da Aliança Renovadora Nacional — Digníssimos Membros dos Diretórios Nacional e Estaduais do Partido — Senhores, Membros dos Conselhos Nacionais da ARENA — Senhores:

Mais uma vez, tenho a satisfação de receber a grata visita dos mais altos dirigentes de meu Partido, que ora se reúnem em Brasília por convocação de sua Comissão Executiva.

Repete-se, assim, um encontro que reputo altamente positivo, tal como ocorreu nos anos de 1974, 75 e 76, e cujo objetivo principal, através da análise conjuntural e do diálogo, tem sido a maior arregimentação partidária.

Tanto em agosto de 1974, como, principalmente, em outubro de 1976, aprestava-se a ARENA para contestar nas urnas — como brilhantemente o fez — as pretensões desmedidas e falazes de um adversário que, então como hoje e mesmo após suas derrotas, blasonava de intérprete e único porta-voz legítimo de todo o povo brasileiro. E em 1975, com a antecedência de um ano, cuidava-se ainda de eleições cuja natureza local restrita e, portanto, aparentemente de importância secundária, exigia mobilização mais cuidadosa e estímulos especiais, e,

ao mesmo tempo, objetivava-se dar continuidade à vida partidária tradicionalmente confinada, no Brasil, quase que somente aos períodos eleitorais.

Agora, estamos nos aproximando de nova campanha eleitoral, em que o Partido governamental provará, mais uma vez, suas forças contra o adversário político de sempre, ao qual sempre tem lisamente vencido.

Há, neste encontro, também outra motivação relevante e que deve merecer nossa especial atenção. O momento político que vivemos está em franca evolução — as perspectivas se diversificam e se tornam mais amplas e as conseqüências, por certo, serão de natureza e relevo diferentes.

É que muito outro é este Brasil de fins de 1977, quando as realizações alcançadas pela Revolução e o promissor panorama nacional geram novas esperanças e estimulam a imaginação. Não há dúvida, presentemente, quanto à aspiração de muitos — sobretudo nos setores mais esclarecidos e afirmativos da nação — no sentido de aprimorada institucionalização dos ideais democráticos que há 13 anos, com o mais caloroso e indiscutível apoio de todas as camadas populares, inspiraram o movimento de 1964.

Para tanto, cogita-se de *pôr um termo* a leis de exceção, necessárias em algumas fases de nossa transição revolucionária, mas que, com a evolução pacífica da vida nacional, já se podem tornar dispensáveis, substituindo-as por adequadas salvaguardas constitucionais que permitam garantir a manutenção

e o melhor funcionamento do regime democrático e a ordem. Quer-se, assim, que a segurança do Estado, a segurança da Sociedade disponham de instrumentos de defesa eficientes e prontos, mas que não se sacrifiquem, além dos limites mínimos em cada caso reconhecidamente indispensáveis e justos, as liberdades e a própria segurança individual do cidadão.

Nesse tema que se situa no âmbito bem geral de toda a ética governamental, o propósito do meu Governo foi sempre definido. Definido e claramente expresso.

Perante a Convenção Nacional da ARENA que me fez candidato do Partido à Presidência da República, disse eu a 15 de setembro de 1973:

«A portentosa construção desse futuro (de grandeza) realizar-se-á, necessariamente, no quadro do nosso regime democrático... suscetível de natural desenvolvimento, em decorrência de possibilidades ou necessidades que venham a ser criadas pela segurança e pela evolução social».

E contrapontava:

«No aperfeiçoamento do regime e, pois, das estruturas pertinentes, dever-se-á, entretanto, evitar o mero formalismo, impedir o retorno ao passado condenado e não abdicar das prerrogativas ou poderes que foram atribuídos ao governo, enquanto essenciais à realização dos objetivos concretos e

específicos que lhe cumpre perseguir para a segurança social, econômica e política dos brasileiros».

E, logo a seguir, ao reunir pela primeira vez o Ministério, a 19 de março de 1974, completava com maior nitidez:

«Quanto ao setor político interno, envidaremos sinceros esforços para o gradual, mas seguro aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral, para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 1964. Os instrumentos excepcionais de que o Governo se acha armado para manutenção da atmosfera de segurança e de ordem, fundamental para o próprio desenvolvimento econômico-social do País sem pausas de estagnação nem, muito menos, retrocessos sempre perigosos, almejo vê-los não tanto em exercício duradouro ou freqüente, antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica e, assim mesmo, até que se vejam superados pela imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto constitucional.»

Meses após, aos dirigentes da ARENA, ressaltava-se:

«O Governo está firmemente empenhado na melhoria dos padrões da vida política, acolhe, com interesse, os debates e as discussões sobre a proble-

mática política brasileira, que venham fornecer fundamentos e substância à tarefa renovadora que se deve realizar, da institucionalização objetiva e realista do ideário da Revolução de 1964, em que se traduzem antigos e renovados anseios do povo brasileiro.»

Na ocasião, previa-se para o País um processo de «lenta, gradativa e segura distensão», e afirmava-se, peremptoriamente, clara e incisiva linha de ação: «Prosseguirá o Governo na missão que lhe cabe, de promover para toda a nação, em cada etapa, o máximo de desenvolvimento possível — econômico, social e também político — com o mínimo de segurança indispensável.»

Em pronunciamento de 1º de agosto de 75, feito pela televisão, corrigiam-se interpretações por demais estreitas do conceito de distensão, encarado com a conotação exclusivamente política de restabelecimento do chamado «Estado de Direito», mediante a pura e simples supressão do AI-5. Nessa atitude do Governo buscou-se ver um desvio, se não um retrocesso, da linha estratégica anteriormente seguida. No entanto, por essa ocasião mesma, reiteravam-se expressamente «os propósitos de perseguir o desenvolvimento político», mas «sem compromissos de espécie alguma com fórmulas ultrapassadas e, comprovadamente, inadequadas à realidade brasileira». E advertiu-se, então, para melhor entendimento: «As formulações anacrônicas servem muito mais às investidas subversivas do que às boas práticas do regime democrático. Minando as insti-

tuições pelo ataque solerte, os inimigos da democracia terminam por destruí-la.»

Não destoaram dessa incansável pregação democrática, as palavras de incentivo ao Partido do Governo, quando de sua memorável Convenção Nacional de 21 de setembro de 1975, no plenário da Câmara dos Deputados em Brasília:

«...devemos *poder e saber e querer* apresentar alternativas básicas e bem delineadas para esse duro combate que é a vida de um povo, com vistas à conciliação da ordem com o progresso, do desenvolvimento máximo com a segurança indispensável, da amplitude mais liberal de franquias individuais com o grau irredutível de responsabilidade para com a Nação em seu conjunto, responsabilidade esta — ônus implícito da participação na vida democrática. Aí está a essência de toda a problemática política que a cada povo lhe cumpre, em cada fase de sua história, solucionar de acordo com suas características próprias, as tradições de seu passado e suas aspirações de um futuro melhor, no panorama internacional realista em que se encontra inserido o eterno conflito potencial entre o Indivíduo e o Estado.»

Mas, para que mais citações?

«A promoção de um sadio desenvolvimento político do país, em clima sempre de estabilidade e segurança» (saudação de fim de ano de 1976, ao povo brasileiro) foi e é objetivo primacial de toda a ação de meu Governo, condicionado apenas, na verdade, à necessidade da criação das condições

psicossociais e econômicas indispensáveis para tanto, superando-se, contornando-se ou prevenindo-se os obstáculos que surgirem e garantindo-se a não ocorrência de possíveis recuos desastrosos.

Vejam nessa ação, os que assim quiserem, desalentadoras estagnações e retrocessos frustrantes não lhe poderão negar porém, em sã consciência, a perseverança e a fé naquele objetivo, a ser colimado através de vicissitudes várias, sucessivas, da vida nacional, mais ou menos graves — como a séria crise econômica detonada por ação vinda do exterior e com a qual vimos lutando, dia a dia, desde o início do Governo — mas todas superadas com determinação.

Não ficamos apenas nas palavras, intenções e promessas vãs. Resultado da ação persistente e vigilante do Governo é, sem dúvida, o clima em que vive hoje o país, de um debate amplo das questões políticas.

Esse clima salutar, a despeito de obstáculos de toda a ordem — desde a inflexibilidade de revolucionários sinceros, mas radicais, até a irresponsabilidade, se não má-fé, de contestadores apaixonados, subversivos renitentes ou desordeiros contumazes — propiciou-o o Governo conscientemente, ao garantir liberdade maior de expressão ao pensamento político, através *da imprensa que efetivamente conta* para a opinião pública do país, toda ela aos poucos liberada de censura.

Hoje já é possível encaminhar-se — e esperamos que a bom termo — a tarefa honesta de auscultar

os vários setores responsáveis da sociedade brasileira para traduzir-se, em programa concreto, o consenso que se verifique em torno de reformas políticas mais urgentes, com vistas ao aprimoramento democrático do regime.

Confiada à experiência e patriotismo do Senador Petrônio Portella, essa missão inicial não consiste na simples apresentação e discussão de uma proposta de reformas, mas dela deverá resultar proposição consensual para exame objetivo, na devida oportunidade, pelos órgãos competentes da Nação. *Apoiada em toda a linha pelo Presidente da República*, vem ela encontrando receptividade esclarecida e ampla, exceção feita dos conhecidos grupos de pessimistas e de aproveitadores de todas as dificuldades com que o país se defronte e em seu árduo desenvolvimento político.

Da parte do Governo, estamos abertos às sugestões e proposições que se façam de boa-fé, com argumentação objetiva e sincera. Não podemos aceitar, no entanto, sem natural desconfiança, a postura de quem, dizendo-se campeão de um cristalino e indefectível «estado de direito» onde a lei, supõe-se, deva imperar soberana, reclama e ofende-se todo quando alguém de sua grei é chamado ao tribunal, para ser regularmente julgado no foro competente, por alegada transgressão a preceito legal, podendo vir a ser tanto absolvido quanto condenado, *segundo o entendam magistrados qualificados, decidindo em sua sabedoria jurídica e consciência cívica*, sem constrangimento de qualquer espécie. E como admi-
ti-

rem-se argumentações mistificadoras e capciosas que pretendam apresentar perante a Nação, como nada menos que cruamente antidemocráticos, institutos e práticas tais como eleições indiretas, em certos círculos; a escolha, *ainda que por amplos colégios eleitorais nos Estados*, de alguns Senadores; as restrições prudentes ao uso da televisão e do rádio — vigentes todos, em graus por vezes até bem maiores, em muitas das democracias mais avançadas do mundo?

O momento, senhores, é o de *um passo da mais alta significação para o país*, no sentido do aperfeiçoamento substancial de seu regime político. Aí estão envolvidos o futuro da Nação e o destino de gerações. Sinceridade, seriedade é o que temos todo o direito de exigir.

Tanto mais que nos achamos próximos de eleições gerais, importantes para o país.

E, por isso mesmo, consigno enfaticamente, nesta oportunidade, que não se pretende mudar as regras já estabelecidas para os prélios eleitorais de 1978, a não ser relativas a aspectos secundários ou resultantes de acordos interpartidários.

As eleições devem ser compromisso sagrado dos Partidos políticos que somente através da consulta direta ao povo, em alguns dos estágios de processo eleitoral, adquirem legitimidade e autêntica expressão, banidas as fórmulas acomodáticas, como quer se chamem — continuismo ou prorrogação de mandatos.

Chegada é a hora de reiniciar ativa mobilização das nossas bases partidárias, em todo o país, arti-

culando as lideranças em todos os níveis, desde diretórios, vereadores e prefeitos dos municípios mais longínquos até os chefes políticos dos diretórios das capitais; convocando os que, embora vencidos nas eleições de 1974 e 1976 cooperaram e podem cooperar para nossa vitória; colocando o Partido acima das divergências e ambições pessoais; escolhendo candidatos que pela capacidade, atividade e renome possam merecer os votos do eleitorado, particularmente dos eleitores novos, geralmente os mais jovens.

Que não nos preocupem, em demasia, as perspectivas por vezes incertas do quadro econômico, as dificuldades decorrentes da inflação ou da escassez do crédito urbano ou rural, o alto custo de vida com que se defronta a população, pois esta bem compreende os esforços extraordinários que o Governo, sem descanso, vem fazendo com êxito inegável para vencer quadra tão difícil da economia nacional. Nosso povo já está adulto e tem sensibilidade bastante para reconhecer que temos procurado, honestamente, dar o melhor de nós para elevar a qualidade de vida da população brasileira, em especial da que mais necessita de amparo e de suporte em todas as áreas de nosso imenso território.

Que também não prevaleça o derrotismo dos falsos profetas, felizmente poucos, que no seio do Partido espalham o pessimismo, o desânimo, destilam o cepticismo e, assim, vaticinam a derrota, levados muitas vezes por motivações de ordem pessoal, à margem da ação coletiva e solidária que deve caracterizar a vida nas agremiações políticas.

Na verdade, a ARENA PODE E VAI GANHAR, mais uma vez, as eleições em quase todo o País, sagrando-se como partido majoritário do governo nas Casas do Congresso Nacional e Assembléias Estaduais. O êxito fundamentar-se-á, em grande parte, na grandiosa obra de construção nacional que os governos da Revolução já realizaram e, também, no muito que ainda pretendemos e é necessário fazer.

É, pois, com a firme convicção *da nova vitória, que seguramente alcançaremos em 1978*, desde que trabalhemos unidos e, *desde já*, que conclamo a todos os dirigentes e filiados da ARENA para a ação mobilizadora de novas forças e a luta eleitoral — decidida, acesa e patriótica.